

**COOPER, Frederick.** *Citizenship, Inequality and Difference: Historical Perspectives.* **Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2018.**

*Iago Vinícius Santos Inacio'*

*Recebido em: 14/02/2020*

*Aceito em: 16/04/2020*

Dentre as publicações recentes sobre cidadania, o livro do historiador americano Frederick Cooper, um dos principais especialistas em África colonial no século XX, ocupa um lugar de destaque. A obra consiste numa análise histórica da cidadania, com o intuito de compreender as múltiplas possibilidades de mobilização do conceito diante das desigualdades e diferenças, em situações históricas específicas. Escrito como uma palestra, o texto demonstra a erudição do autor, cujas reflexões podem contribuir para compreendermos algumas questões sobre cidadania no passado e no presente.

O livro contém cinco capítulos, incluindo a introdução e a conclusão.

Na Introdução (*Citizenship and Belonging*, p. 1-26), Cooper toma algumas questões contemporâneas, como as tensões pela imigração e a precarização dos regimes de cidadania da União Europeia, e reflete sobre as possibilidades teóricas e políticas do conceito de cidadania. Em vez de uma definição *a priori*, o historiador propõe que a cidadania consiste no direito de reivindicar direitos – o que evoca o pertencimento a uma

---

1. Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com projeto sobre Canudos. Além disso, tem experiência em História do Pensamento Social Brasileiro entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, especialmente na obra de Euclides da Cunha, e Teoria Sociológica. Áreas de atuação: História Social da Cultura; Pensamento Social Brasileiro. E-mail: iagoviny@yahoo.com.br

(ou a múltiplas) unidade(s) política(s). Além de reivindicatória, a cidadania é uma noção dinâmica, mobilizada historicamente de várias maneiras, cujo potencial enquanto conceito político se sobressai diante da religião, etnicidade ou parentesco.

No capítulo primeiro (*Imperial Citizenship from the Roman Republic to the Edict of Caracalla*, p. 27-40), Cooper defende que as origens da cidadania remontam ao Império Romano, que desenvolveu mecanismos inclusivos para lidar com as diferenças das populações dominadas, sem romper com (ou mesmo questionar) as desigualdades.

O segundo capítulo (*Citizenship and Empire – Europe and Beyond*, p. 41-92) da obra se concentra entre o fim do século XVIII e o início do XX e tem o intuito de demonstrar como se articularam as relações entre cidadania e império em diversos casos (Espanha, Inglaterra, França e Império Otomano). Cooper defende que a ideia comumente associada à cidadania, isto é, a ligação direta entre o indivíduo e o Estado (“cidadania horizontal”), decorreu de um processo longo e conflituoso, que se inicia em 1789 no Ocidente – até então, a cidadania passava pelos grupos (“cidadania vertical”). O autor aponta alguns processos em que a linguagem da cidadania foi fundamental para as reivindicações e contra-reivindicações: 1) as independências nas Américas se originaram a partir de demandas por cidadania no interior dos impérios que não foram atendidas; 2) a formação das nações imperiais europeias foi igualmente marcada por tensões pela definição dos “cidadãos” que pertenceriam diretamente aos novos Estados; 3) na virada do século XX, os diversos impérios europeus lidavam com a tensão entre a cidadania no império e a cidadania na nação.

No capítulo terceiro (*Empires, Nations, and Citizenship in the Twentieth Century*, p. 93-142), Cooper analisa os modos pelos

quais a noção de cidadania foi mobilizada em diferentes níveis de inclusão (isto é, nos impérios e nas nações). O autor defende que as transformações do conceito ao longo do século XX vão além da narrativa “do Império ao Estado nacional”. O fim dos impérios coloniais (após 1945, seguido pela construção dos Estados de bem-estar social na Europa) não acabou com os conflitos em torno do pertencimento e das fronteiras, na medida em que houve exclusão parcial ou completa de certos grupos no interior dos Estados. Nesse sentido, o historiador analisa as múltiplas possibilidades em torno da cidadania ao longo do período, dentre os quais se destacam: a Índia pós-independência e os riscos da cidadania diferenciada por grupos; as reconfigurações do império francês após 1946, a construção do Estado de bem-estar social e as reivindicações africanas por pertencimento e cidadania; a independência na África, as múltiplas reivindicações no interior dos Estados e os riscos do territorialismo; a cidadania ampla, que coexistia com as cidadanias nacionais, como no caso da URSS ou da cidadania europeia após 1993.

Cooper retoma, na conclusão (*Citizenship in an Unequal World*, p. 143-150), os debates contemporâneos acerca da cidadania, e a apresenta como um conceito potente, desde que se evitem os extremos da “particularidade” e da “igualdade” – ou mesmo os polos do “nacional” e da “humanidade”. Por fim, o autor apresenta o duplo desafio da cidadania no mundo contemporâneo: 1) a ficção de que os cidadãos devem se inserir em um Estado correspondente a uma nação dificulta a resolução do problema da coexistência de povos diversos num mesmo Estado; 2) o capitalismo global, cuja mobilidade está em descompasso com a rigidez dos Estados, ameaça constantemente as conquistas da cidadania.

## **Cidadania: um conceito potente**

Ao longo do livro, Cooper defende a tese de que a mobilidade humana e as múltiplas formas de pertencimento são fenômenos antigos e que a identificação entre cidadania e pertencimento a um Estado nacional remonta ao fim dos impérios coloniais, isto é, à segunda metade do século XX. A sua análise histórica aponta a diversidade de modos como o conceito de cidadania foi mobilizado para reivindicar direitos e pertencimento a uma unidade política, contribuindo para demonstrar as potencialidades desse construto.

A contribuição do livro para as ciências humanas consiste em expor uma concepção ampla, dinâmica e processual de cidadania, capaz de entrever as múltiplas possibilidades que são abertas ou fechadas quando essa noção é mobilizada em situações históricas específicas. Em sua análise comparativa, Frederick Cooper aponta que a cidadania não é simplesmente um *status* traçado a partir da equivalência dos cidadãos, mas um *conceito reivindicatório*, que pode ser mobilizado ou exercido em diversas unidades políticas, às vezes em várias instâncias simultaneamente. Nesse sentido, o historiador critica, ao longo da obra, as noções *a priori* que limitam a reflexão sobre a cidadania: 1) a visão liberal (“versão maximalista de cidadania”), dotada de historicidade, e que não corresponde, portanto, à ideia “natural” ou “universal” de cidadania; 2) a versão multiculturalista, do “reconhecimento da diferença”, que pode, segundo o autor, obscurecer as dimensões econômicas e sociais, ou seja, as desigualdades da cidadania.

Entretanto, uma questão pode intrigar o leitor: ao apontar a historicidade e os limites da cidadania no Estado nacional, Cooper sai em defesa de um “globalismo” exacerbado?

O historiador americano não nega a importância dos Estados nacionais na luta por direitos no mundo contemporâneo, no

interior dos quais as demandas em nome da cidadania, uma categoria legal, têm um potencial enorme. Todavia, Cooper se esforça em demonstrar que, por diversas razões, nem sempre os Estados são suficientes para atender às reivindicações: 1) o processo de dissolução dos impérios criou uma ficção (“para cada Estado, uma nação”) que tem dificuldades em lidar com as diferenças no território nacional; 2) nem todos os países possuem mecanismos sólidos de inclusão (dos “nativos” ou dos “imigrantes”) e mesmo quando o possuem, não estão plenamente seguros, em razão da expansão do capitalismo global e seu pacote de austeridade, como vemos atualmente na União Europeia, caso diretamente tratado pelo autor, mas também em outras regiões do mundo.

Enfim, ao propor a análise histórica da cidadania, definida em termos dinâmicos, Cooper nos lega uma obra muito importante para compreender algumas das tensões do mundo contemporâneo e, sem oferecer um modelo teórico rígido, abre espaço para reflexões sobre cidadania, pertencimento, desigualdade e diferença em contextos que não foram contemplados no livro – como o Brasil, de 1822 a 2020.